



VILAREALSTºANTONIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

NUMERO ENTRADA 110/2018

DATA 10 / 12 / 18



Aprovado em sessão
ordinária de
20 Dezembro 18

70

Exmo. Senhor Presidente
Assembleia Municipal de Vila Real de Santo
António
Praça Marquês de Pombal
8900-231 Vila Real de Santo António

Sua referência

Sua comunicação de

Nossa referência

DATA

10-12-2018

Saída/2018/6406

ASSUNTO: ORÇAMENTO MUNICIPAL PARA O ANO ECONÓMICO DE 2019

Deliberou esta Câmara Municipal em sua reunião extraordinária realizada no dia 10 de dezembro de 2018, aprovar a Proposta da Sra. Presidente, no sentido de ser submetido à deliberação da Assembleia Municipal a atualização de todas as Taxas e Preços Municipais, no valor da inflação prevista no Relatório do orçamento municipal para 2019, em 1.3%, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 33 da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a aprovação da presente proposta do Orçamento Municipal, das Grandes Opções do Plano Plurianual para o ano económico de 2019 e do Quadro Plurianual Municipal para o horizonte temporal 2019-2022, previsto no artigo 44.º da Lei 73/2013, de 3 de setembro, e nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º da mesma Lei, a aprovação, após parecer prévio pelo FAM, do orçamento municipal para 2019.

Assim, junto envio a V.Exa. para efeitos de apreciação e posterior aprovação dessa Assembleia Municipal, fotocópia da deliberação.

Com os melhores cumprimentos

A Presidente da Câmara,

Maria da Conceição Cipriano Cabrita

fr



Município de Vila Real de Stº. António
Praça Marquês de Pombal
8900 - 231 Vila Real de Stº. António

Tel. 281 510 000
Fax. 281 510 003

www.cm-vrsa.pt

Aprovado em reunião
de 10 DEZ. 2018

ORÇAMENTO MUNICIPAL PARA O ANO ECONÓMICO DE 2019.



= A Câmara deliberou, por maioria, com os votos contra dos Srs. Vereadores Álvaro Leal, Manuel Pôla Alturas e Célia Paz, aprovar a Proposta da Sra. Presidente, no sentido de ser submetido à deliberação da Assembleia Municipal a atualização de todas as Taxas e Preços Municipais, no valor da inflação prevista no Relatório do orçamento municipal para 2019, em 1.3%, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 33 da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a aprovação da presente proposta do Orçamento Municipal, das Grandes Opções do Plano Plurianual para o ano económico de 2019 e do Quadro Plurianual Municipal para o horizonte temporal 2019-2022, previsto no artigo 44º da Lei 73/2013, de 3 de setembro, e nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º da mesma Lei, a aprovação, após parecer prévio pelo FAM, do orçamento municipal para 2019, documentos que constituem parte integrante da presente ata.

- Pelo Sr. Vereador Álvaro Leal foi apresentada a sua declaração de voto, documento que constitui também parte integrante da presente ata.



VILAREALSTºANTONIO

Proposta

Aprovado em reunião
de 10 DEZ, 2018

N.º Propostas/2018/366

ASSUNTO:

Orçamento Municipal para o ano económico de 2019

CONSIDERANDO QUE:

O orçamento de um município é um documento que, além de conter uma previsão financeira para o ano que irá entrar, é também um reflexo da situação em que esse mesmo município se encontra. A elaboração do documento que agora se apresenta para aprovação refletiu assim o difícil ano que decorreu até ao presente momento.

O ano de 2018, tendo coincidido com o primeiro ano de mandato do atual executivo camarário, revelou-se um ano difícil de superar, dado o embate sofrido com uma muito débil situação financeira do Município. As contas do dia-a-dia vieram a revelar-se num complexo ato de gestão, balizado sempre pela imperiosa necessidade de redução de despesa e a manutenção dos serviços essenciais que a uma entidade pública compete.

As decisões a tomar quanto ao futuro do município não podiam em qualquer momento aspirar a visões estratégicas, dado um passado difícil de gerir, focado na recuperação financeira e pagamento de dívida.

O orçamento que se propõe para o ano de 2019 tem necessariamente que se focar no reequilíbrio de contas, na reestruturação da dívida, na tomada de decisões duras mas inadiáveis. É tempo de reestruturar serviços, pugnar pela eficiência dos meios disponíveis, apelar ao esforço das entidades que até agora obtiveram ajuda do município nas suas atividades para que não deixem de trabalhar e reinventem as suas estruturas e necessidades.

É expectável, porém, que as dificuldades sociais se mantenham em 2019, o que representará, inevitavelmente, a manutenção das necessidades de apoio aos grupos mais desfavorecidos da população municipal, às quais a Autarquia não pode ficar indiferente. Neste âmbito, no entanto, está a privilegiar-se o apoio apenas aos agregados familiares com situações de carência mais evidentes.

À cautela, e de forma a evitar o empolamento de um orçamento que não pode responder perante despesas elásticas e incertas, apresentam-se receitas muito realistas, sem criação de expectativas salvadoras do município. No entanto, o executivo camarário está a desenvolver todos os esforços para atração de investidores para o concelho, apostando fortemente em investimentos de qualidade, em turismo de nível de 5 estrelas, em alavancar o concelho para um dos municípios mais atrativos do Algarve.

Impera a regra da prudência que o POCAL exige na aplicação às receitas de variação irregular, como são as importâncias provenientes dos impostos, taxas e tarifas, o critério da média aritmética simples das cobranças efetuadas nos últimos 24 meses que precedem o mês da elaboração do orçamento. Podemos afirmar que existem sinais que indiciam que a economia está a recuperar,



VILAREALSTºANTONIO

Proposta

1
91

criando assim a expectativa para o incremento de receita nalgumas rubricas.

A Lei nº 53/2014, de 25 de agosto, que aprovou o regime jurídico da recuperação financeira municipal e regulamenta o Fundo de Apoio Municipal (FAM).

Na elaboração do orçamento municipal 2019, releva-se, em termos de contexto, a execução do Plano de Ajustamento Municipal (PAM) aprovado nas sessões de câmara de 25-05-2015, 01-09-2015 e 29-09-2015, decorrente da adesão ao Fundo de Apoio Municipal (FAM) nos termos do artigo 24.º da Lei 53/2015, de 25 de agosto, o qual foi aprovado pela Direcção Executiva do FAM (sobre a versão aprovada pela Câmara a 29-09-2015), no dia 1 de Abril de 2016 e com visto do Tribunal de Contas datado de dia 11 de Outubro do presente ano.

A aprovação da proposta do Programa de ajustamento municipal (PAM) na sessão de Câmara de 20 de abril de 2016, contendo as alterações sugeridas pela equipa técnica do FAM.

O disposto no artigo 17º da Lei nº 53/2014, de 25 de agosto, a contribuição inicial do Município para o capital social do Fundo de Apoio Municipal totalizava € 817 199,48, no entanto com a entrada em vigor do Orçamento do Estado para 2018 foi alterado o artigo 19º da Lei n.º53/2014, de 25 de agosto através da qual a subscrição do capital social do FAM foi modificada por redução dos montantes anuais a realizar pelos Estado e pelos municípios, para um montante total de 417.857.175,00€. Cabendo ao MVRSA a subscrição no montante total de 525.343,50€, esta despesa apresenta um impacto negativo nas disponibilidades financeiras do município.

As medidas específicas e quantificadas com vista à diminuição programada da dívida do Município, incluídas no PAM e que visam:

- a. O reequilíbrio orçamental, nomeadamente, através da redução de despesa e otimização da receita;
- b. A reestruturação da dívida financeira (através da redução substancial de spread nos empréstimos do Reequilíbrio financeiro e consequente redução dos encargos financeiros) e da dívida não financeira (com o escalonamento da dívida a fornecedores); e
- c. A assistência financeira sob a forma de empréstimo (para liquidar dívida incluída no PAM) e da prestação de garantias (condição exigida pelas instituições bancárias para a redução do spread nos empréstimos do Reequilíbrio Financeiro).

A aprovação do PAM e da assistência financeira, sob a forma de empréstimo e prestação de garantias, por parte da Direcção Executiva do FAM, tornou-se essencial para a prossecução dos objetivos definidos no Plano.

No PAM em vigor, constam medidas de reequilíbrio orçamental e evidencia uma necessidade líquida de financiamento no montante de até € 19.619.907,20 (inclui € 15.833.589,90€ para liquidar dívida transitada e € 3.786.317,30 de processos em contingente). À data de 15 de Outubro de 2018 o Município de Vila Real de Santo António já obteve um desembolso total de 11.760.711,39€ dos quais 677.198,49€ dizem respeito a processos de passivos contingentes que transitam em julgado.



VILAREALSTºANTONIO

Proposta

70

O orçamento para o ano de 2019, apresenta o valor total de 39.111.122 € (trinta e nove milhões, cento e onze mil, cento e vinte e dois euros), decompõe-se da seguinte forma:

- i) Orçamento de base zero (25.314.364,00€)
- ii) Orçamento correspondente à 3ª Tranche e Passivos Contingentes a receber do Fundo de Apoio Municipal durante o ano de 2019 (4.411.937,00€)
- iii) Compromissos assumidos e não pagos (9.384.821,00€)

O orçamento da despesa apresenta um aumento face ao ano de 2018 no montante de 9.892.559€. O acréscimo no valor do orçamento decorre essencialmente do somatório do orçamento base zero (25,3 milhões de euros), com o desembolso de 3ª tranche do Empréstimo no âmbito do FAM (2,5 milhões de euros), para pagamento de dívida transitada, com o valor destinado ao pagamento de passivos contingentes (1,9 milhões de euros), cujos processos aguardam trânsito em julgado e da estimativa de 2,2 milhões de euros em Transferências de capital para fazer face ao Resultado negativo esperado em 2018, na SGU, VRSA, EM, SA., nos termos do artigo 40.º da Lei 50/2012, de 31 de agosto.

O Município acedeu a um PAM, a proposta de orçamento municipal está sujeita a parecer prévio do FAM, de acordo com o n.º 1 do artigo 31º da Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto, antes de ser submetido à aprovação da assembleia municipal.

PROPONHO QUE A CÂMARA MUNICIPAL DELIBERE FAVORAVELMENTE:

Submeter a deliberação da Assembleia Municipal:

1. A atualização de todas as Taxas e Preços Municipais, no valor da inflação prevista no Relatório do orçamento municipal para 2019, em 1.3%.
2. Nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 33 da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a aprovação da presente proposta do Orçamento Municipal, das Grandes Opções do Plano Plurianual para o ano económico de 2019 e do Quadro Plurianual Municipal para o horizonte temporal 2019-2022, previsto no artigo 44º da Lei 73/2013, de 3 de setembro.
3. Nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º da mesma Lei, a aprovação, após parecer prévio pelo FAM, do orçamento municipal para 2019.

Vila Real de Santo António, 5 de Dezembro de 2018

A Presidente da Câmara Municipal


Maria da Conceição Cipriano Cabrita